



CONCURSO PÚBLICO DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO/RO  
EDITAL Nº 01/2024

513 - CONTADOR  
TIPO A

DOMINGO TARDE

ORIENTAÇÕES

1. Este **Caderno de Prova** contém **50 (cinquenta) questões objetivas**, com **5 (cinco) alternativas cada uma**, sempre na sequência **A, B, C, D, E**, das quais somente uma deve ser assinalada, sem repetição ou falha. Confira-o e, em caso de qualquer problema, informe **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.
2. Após a conferência, assine, no espaço próprio da **Folha de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não **DOBRE**, **AMASSE** ou **MANCHE** a **Folha de Respostas**. Ela **SOMENTE** poderá ser substituída se, no ato da entrega, estiver danificada.
3. A duração da prova será de **03 (três) horas**, inclusos, nesse tempo, a distribuição da prova, a leitura das instruções e o preenchimento da Folha de Respostas, sendo responsabilidade do candidato observar os horários estabelecidos.
4. Somente será permitido ao candidato retirar-se definitivamente da sala de prova mediante a **entrega obrigatória de sua Folha de Respostas**, devidamente preenchida e assinada, ao Fiscal.
5. Os candidatos **não poderão** se ausentar da sala ou do local de provas para utilizar os banheiros ou beber água, antes de decorrida **01 (uma) hora** do início ou **15 (quinze) minutos** antes do término.
6. Ao término do prazo estabelecido para a prova, os **03 (três) últimos candidatos** deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinar a **Ata de Sala**, atestando a idoneidade da fiscalização das provas, e somente poderão deixar o local de provas juntos, não sendo possível nem mesmo a utilização do banheiro e bebedouro.
7. Os candidatos **PODERÃO** levar consigo o Caderno de Questões somente faltando 30 (trinta) minutos para o término da prova.
8. O gabarito estará disponível no endereço eletrônico **ibgpconcursos.com.br** no dia **01/02/2026** a partir das **20h**.

A Comissão Examinadora do IBGP Concursos deseja-lhe uma boa prova!



**INSTRUÇÃO:** Leia o texto a seguir para responder às questões de **01 a 10**.

### **Da arte de falar mal**

Durante anos, mantive no *Correio da Manhã*, num canto da capa do segundo caderno, um espaço assim intitulado: "Da arte de falar mal". Até hoje me perguntam a razão de uma rubrica que, entre outras coisas, me levou para a prisão seis vezes por delito de opinião. Num dos interrogatórios a que fui submetido, o coronel que presidia o IPM (Inquérito Policial Militar) quis saber por que eu falava tão mal do regime militar que então se instalava. Eu respondi que não podia mudar o título da minha coluna, falando bem de qualquer coisa.

Mas a ideia do título não foi minha. Devo-a a Maura Caçado Lopes, colega no suplemento dominical do *Jornal do Brasil*, um caderno dedicado às artes, que, depois de algum tempo, já em sua fase terminal, saía pontualmente aos sábados. Ela escrevia contos maravilhosos, chamou a atenção das editoras, teve dois livros publicados, que receberam crítica consagradora. *Hospício É Deus* foi colocado à altura de Clarice Lispector, que aliás a admirava. Escreveu também *O Sofredor do Ver* – um dos melhores que já li em minha vida.

Maura namorava Luiz Reis, o Cabeleira, parceiro de Haroldo Barbosa em "Cara de Palhaço" e "Momentos São", dois sucessos absolutos daquela época, gravados por Elizeth Cardoso. Um dia, quis sair comigo. Eu tinha uma Hudson conversível, ela me perguntou se eu era rico, se eu podia comprar um navio. Respondi que sim – e ela colocou essa cena em seu romance, com meu nome e tudo.

Mas foi nessa mesma tarde que ela me fez parar na Urca, diante da baía que entardecia, e me explicou: "Chamei você para falarmos mal de todo mundo. Falar mal é uma arte".

Nem lembro mais de quem falamos mal. Creio que não tenha escapado ninguém, a começar pelo pessoal do *JB*: Décio Pignatari, Reynaldo Jardim, Ferreira Gullar, Oliveira Bastos, Walmir Ayala, Mário Pedrosa, Carlinhos de Oliveira, os irmãos Campos, José Lino Grünewald, Assis Brasil, José Louzeiro, não abrimos exceção nem para o doce Mário Faustino, que havia morrido dias antes. Todos nossos amigos, amigos queridos por sinal.

Mais ou menos na mesma época, recebi recado de um vizinho do Posto 6 que estava gripado, ardendo em febre, mas queria me ver. Ele não tinha carro e eu guardava o meu na vaga de sua garagem; nunca me cobrou aluguel nem carona, pois adorava andar de ônibus.

Fui. Encontrei-o na cama, lendo um troço complicado que depois vim a saber que era a gramática de um dialeto do Vietnã. Embaixador aposentado, escritor de sucesso, ele gostava de aprender coisas inúteis e com elas escrevia obras-primas.

– Estou aqui – disse. – Algum recado?

– Não. Há dias que não falo mal de ninguém. Chamei-o para isso.

Três horas depois, já sem febre, ele me levou até a porta de seu apartamento. Com os olhos de gato acesos, olhou-me severamente e, com o orgulho que lhe era próprio (referia-se a si mesmo sempre na terceira pessoa), admitiu:

– Puxa! Como falamos mal de todo mundo!

Morreria em breve, poucas horas depois de um discurso que levou mais de três anos para ter coragem de fazer e no qual só falou bem dos outros. Acho que o sacrifício lhe custou a vida.

Foi ele que me ensinou a regra fundamental da arte de falar mal: "Só fale mal dos ausentes, nunca dos presentes". Pode parecer uma obviedade. Mas o meu amigo e vizinho era também acusado de obviedades geniais em sua obra literária. Uma de suas frases mais famosas ainda é citada: "Viver é muito perigoso".

Pulando no tempo que pulou sobre todos. Morreu o jornal em que trabalhava, morreu a Maura, morreu o meu amigo ex-embaixador, morreu até o doce Mário Faustino num desastre de avião. Ninguém é imortal, com exceção de uma amiga famosa, romancista histórica, que me quis tornar imortal como ela.

Hoje, não mais se fazem aquelas constrangedoras visitas aos imortais, antes que eles morram. Pelo contrário, a afobação de um candidato à imortalidade é letal. Adoentada, sem poder sair de casa, ela me pediu pela sobrinha e secretária que fosse à sua casa buscar o seu voto. É evidente que fui, pois muito queria vê-la.

Ela me recebeu nordestinamente afável. Sentada em sua cadeira de palhinha, com ares de senhora-de-engenho, esticou-me o envelope branco:

– Toma. Aqui estão os meus votos. Agora não falemos mais em literatura. Vamos falar mal de todo mundo!

Também saí tarde de sua casa. Não deixamos pedra sobre pedra e, seguindo o conselho do ex-embaixador, só falamos mal dos ausentes, que era o restante da humanidade, pois em sua sala só havia a visitada e o visitante.

Por essas e outras, sempre admirei o Antônio Callado, que definia os personagens do nosso tempo em duas categorias: os que tinham boa presença e os que tinham péssima ausência. Boa presença era quando todos falavam bem de um sujeito presente. Péssima ausência era quando, ausente, o sujeito monopolizava a conversa, cada qual juntando um graveto para queimar na alegre pira da maledicência.

E, com aquele jeito de único inglês da vida real, Callado completava a sua frase: "O mais gostoso de tudo isso é que o bom presente e o mau ausente são sempre a mesma pessoa".

CONY, Carlos Heitor. In: SANTOS, Joaquim Ferreira dos. **As cem melhores crônicas brasileiras** (org. e int.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 332-334.

### QUESTÃO 01

No texto “Da arte de falar mal”, Carlos Heitor Cony reflete sobre a prática da maledicência a partir de experiências pessoais e de convivência intelectual. Considerando o texto como um todo, pode-se afirmar, **EXCETO**:

- A) O autor associa o ato de “falar mal” a uma forma de convivência social e intelectual marcada pela ironia e pela cumplicidade entre amigos.
- B) O cronista utiliza episódios pessoais para construir uma crônica memorialística, mesclando humor, crítica e reflexão sobre a vida cultural brasileira.
- C) Apresenta-se a maledicência como uma prática que deve ser exercida com certas regras implícitas, como a de evitar falar mal dos presentes.
- D) No texto, defende-se explicitamente que falar mal dos outros é moralmente superior a falar bem, sendo essa a principal mensagem ética do texto.
- E) O autor recorre a personagens reais do meio literário e jornalístico para reforçar o caráter verossímil e histórico de sua narrativa.

### QUESTÃO 02

A crônica de Carlos Heitor Cony articula memória pessoal, crítica cultural e ironia. Considerando os recursos discursivos e temáticos mobilizados pelo autor, assinale a alternativa que **NÃO** condiz com uma interpretação adequada do texto.

- A) O título da crônica adquire sentido ambíguo, pois “falar mal” ultrapassa a simples maledicência e se transforma em prática social, estética e intelectual.
- B) A enumeração de nomes próprios do meio literário e jornalístico contribui para a construção de um *ethos* autoral marcado pela convivência cultural e pela autoridade memorialística.
- C) O texto constrói uma crítica indireta aos regimes autoritários, ao associar o “delito de opinião” à impossibilidade de “falar bem” sem falsear a própria identidade discursiva.
- D) A crônica sustenta que a maledicência é uma virtude ética superior, defendendo-a como comportamento moralmente exemplar e universalmente desejável.
- E) O humor do texto decorre, em grande parte, do contraste entre situações aparentemente triviais e reflexões profundas sobre vida, morte e relações humanas.

### QUESTÃO 03

A respeito da figura do ex-embaixador mencionada na crônica, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Ele é apresentado como alguém intelectualmente sofisticado, interessado em saberes considerados “inúteis”, mas capazes de gerar obras relevantes.
- B) Sua relação com o narrador é marcada por cumplicidade afetiva e intelectual, evidenciada pelo prazer compartilhado em “falar mal de todo mundo”.
- C) A melhora momentânea de seu estado de saúde após o encontro sugere, de forma irônica, um efeito terapêutico da maledicência.
- D) Seu discurso final, no qual só fala bem dos outros, é apresentado como coerente com a “arte de falar mal” defendida ao longo do texto.
- E) Ele é responsável por formular a regra fundamental da arte de falar mal: a de que se deve falar mal apenas dos ausentes.

#### QUESTÃO 04

Considere as afirmativas a seguir, a respeito da construção de sentido no texto:

- I. A recorrência da morte de personagens e instituições reforça a ideia de transitoriedade da vida e da memória cultural.
- II. A noção de “imortalidade” é tratada de modo irônico, especialmente no contexto das academias e do desejo de consagração literária.
- III. O narrador assume postura distanciada e impessoal, evitando envolver-se emocionalmente com os episódios narrados.
- IV. A crônica sugere que falar mal pode funcionar como mecanismo de sociabilidade e de afirmação de laços afetivos.

Assinale a alternativa que indica a(s) afirmativa(s)

**CORRETA(S):**

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I, II e IV.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II, III e IV.

#### QUESTÃO 05

No que se refere às estratégias narrativas e ao posicionamento do narrador em “Da arte de falar mal”, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O narrador constrói uma imagem de si mesmo como vítima passiva dos acontecimentos históricos, eximindo-se de qualquer responsabilidade por suas escolhas discursivas.
- B) A organização não linear do texto, marcada por saltos temporais e episódios aparentemente desconexos, contribui para reforçar o caráter memorialístico e reflexivo da crônica.
- C) A ironia presente na crônica decorre exclusivamente da oposição entre vida privada e vida pública, sem relação com o universo literário evocado.
- D) O uso recorrente do discurso direto tem como função principal conferir objetividade jornalística ao texto, neutralizando a subjetividade do narrador.
- E) A crônica estabelece uma separação rígida entre amizade e crítica, sugerindo que a maledicência inviabiliza vínculos afetivos duradouros.

#### QUESTÃO 06

Quanto ao trecho “*Até hoje me perguntam a razão de uma rubrica que, entre outras coisas, me levou para a prisão seis vezes por delito de opinião*”, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) O pronome relativo “que” retoma o substantivo “rubrica” e introduz uma oração adjetiva restritiva.
- B) A expressão “entre outras coisas” exerce função de adjunto adverbial de inclusão.
- C) A vírgula após “que” é obrigatória, pois isola uma oração explicativa.
- D) O verbo “levou” estabelece concordância com o núcleo do sujeito “rubrica”.
- E) A locução “por delito de opinião” funciona sintaticamente como complemento nominal de “prisão”.

#### QUESTÃO 07

Considerando as regras de **acentuação gráfica** e o emprego efetivo dos acentos no texto “Da arte de falar mal”, de Carlos Heitor Cony, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O acento em “**até**” justifica-se por se tratar de monossílabo tônico terminado em *e*.
- B) O acento gráfico em “**É**”, no título “*Hospício É Deus*”, decorre da necessidade de diferenciar o verbo *ser* da conjunção *e*.
- C) A forma “**já**” recebe acento por ser oxítona terminada em *a*.
- D) O acento em “**gramática**” é explicado por se tratar de proparoxítona, assim como ocorre em “**histórica**” e “**único**”, todas acentuadas obrigatoriamente.
- E) A ausência de acento em “**ideia**” decorre do fato de ser paroxítona terminada em ditongo aberto.

## QUESTÃO 08

No trecho do texto: “Três horas depois, já sem febre, ele me **levou** até a porta de seu apartamento. Com os olhos de gato acesos, **olhou-me** severamente e, com o orgulho que lhe era próprio, **admitiu**: ‘Puxa! Como **falamos** mal de todo mundo!’”, analise as afirmativas a seguir sobre os verbos destacados:

- I. O verbo “levou” está na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo e na voz ativa.
- II. O verbo “olhou” está na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo e na voz ativa.
- III. O verbo “admitiu” está na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo e na voz ativa.
- IV. O verbo “falamos” está na 1ª pessoa do plural do presente do indicativo.

Assinale a alternativa que apresenta a(s) afirmativa(s) CORRETA(S):

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I, II e III.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

## QUESTÃO 09

No que se refere aos sinais de pontuação em “Da arte de falar mal”, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O uso da vírgula em “Mais ou menos na mesma época, recebi recado de um vizinho do Posto 6” está incorreto, pois separa indevidamente o adjunto adverbial do núcleo verbal.
- B) O dois-pontos em “me explicou: ‘Chamei você para falarmos mal de todo mundo. Falar mal é uma arte’” está correto, pois introduz a fala direta da personagem.
- C) A vírgula em “Com os olhos de gato acesos, olhou-me severamente” está incorreta, pois não se deve separar sujeito de predicado com vírgula.
- D) O ponto final, em “Hospício É Deus foi colocado à altura de Clarice Lispector, que aliás a admirava.”, deveria ser substituído por ponto e vírgula para indicar continuação do período.
- E) A ausência da vírgula em “Nem lembro mais de quem falamos mal” está incorreta, pois deve-se separar objeto indireto do verbo.

## QUESTÃO 10

A respeito do trecho “os que tinham boa presença e os que tinham péssima ausência”, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O termo “os” exerce função de artigo definido, acompanhando substantivos expressos.
- B) As expressões “boa presença” e “péssima ausência” funcionam como adjuntos adnominais.
- C) O pronome relativo “que”, nas duas ocorrências, retoma “os” e introduz orações adjetivas restritivas.
- D) Há elipse do verbo “ser”, o que compromete a correção sintática do período.
- E) O paralelismo sintático é inadequado, pois os adjetivos estão em graus distintos.

## RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

### QUESTÃO 11

A linguagem formal, desenvolvida pelos lógicos, possui o objetivo de eliminar, sobretudo, três problemas causados pela linguagem comum. São eles:

- (1) ambiguidade;
- (2) vaguidade;
- (3) redundância.

Considerando o que se afirmou anteriormente, a única alternativa equivalente, na linguagem da lógica proposicional, de forma CORRETA, para a afirmação de que *não é fato que P assim como Q* é:

- A)  $\neg(P \leftrightarrow Q)$
- B)  $\neg(P \vee \neg Q)$
- C)  $(\neg P \vee \neg Q)$
- D)  $\neg(P \wedge Q)$
- E)  $\neg(P \rightarrow Q)$

### QUESTÃO 12

Analise as fórmulas a seguir:

- I)  $A \vee \neg B$
- II)  $((A \rightarrow B) \wedge B) \rightarrow A$
- III)  $((A \vee B) \wedge \neg A) \wedge \neg A$
- IV)  $((A \rightarrow B) \wedge (C \rightarrow D)) \wedge \neg(A \rightarrow D)$
- V)  $P \rightarrow \neg(P \vee P)$

São tautologias:

- A) I e V
- B) I e III
- C) III e V
- D) Apenas I
- E) Nenhuma das anteriores

## QUESTÃO 13

Dois irmãos gêmeos estudam na mesma escola. Embora sejam gêmeos idênticos, possuem personalidades muito distintas. O irmão mais jovem, que nasceu cinco minutos depois do irmão mais velho, é muito pontual. Portanto, para não se atrasar para a primeira aula, anda mais rápido e chega em apenas 20 minutos na escola. O irmão mais velho anda mais lentamente, chegando ao mesmo destino em 30 minutos. Um dia, os irmãos fizeram um desafio. Em quanto tempo o irmão mais jovem alcançaria o mais velho, caso este saia de casa com cinco minutos de vantagem?

Em relação ao problema acima, a opção **CORRETA** é:

- A) 5 minutos.
- B) A sexta parte de uma hora.
- C) Um quinto do tempo utilizado pelo irmão mais velho.
- D) 12 minutos.
- E) Nenhuma das anteriores.

## QUESTÃO 14

Não levando em consideração qual o conteúdo das proposições que compõem o argumento a seguir,

$$(J \rightarrow K) \wedge (B \rightarrow A), J \vee B, (K \vee A) \rightarrow M$$

a alternativa **CORRETA** sobre a sua conclusão é:

- A)  $\neg(B \leftrightarrow A)$
- B) J
- C) M
- D)  $K \vee A$
- E) Nenhuma das anteriores, pois o argumento é inválido.

## QUESTÃO 15

João trabalha numa floricultura. O responsável pelo estoque lhe informou que há exatamente 136 caixas de rosas no depósito. Cada caixa contém, pelo menos, 140 rosas. Nenhuma caixa contém mais de 166 rosas. Diante desses dados, João afirmou para o responsável pelo estoque que:

- A) Há 6 caixas contendo o mesmo número de rosas.
- B) Há 2 caixas contendo o mesmo número de rosas.
- C) Há 12 caixas contendo o mesmo número de rosas.
- D) Há 26 caixas contendo o mesmo número de rosas.
- E) É impossível chegar a qualquer conclusão, pois faltam dados no problema.

## QUESTÃO 16

A Câmara Municipal de Porto Velho possui um repositório digital com documentos críticos: processos administrativos, relatórios do controle interno, arquivos de prestação de contas e conjuntos de dados exportados do sistema de gestão. Em auditoria recente, identificou-se risco elevado de indisponibilidade por *ransomware* (sequestro de dados) e por eventos físicos (falha de *storage*, sinistro, furto). O setor de TI foi orientado a propor uma política de *backup* que reduza a probabilidade de perda total e permita recuperação em prazo compatível com as atividades legislativas, considerando que cópias conectadas permanentemente ao servidor podem ser criptografadas pelo ataque.

Diante desse cenário, assinale a alternativa que descreve a estratégia **MAIS** adequada para compor um plano de contingência de *backups*, com foco em resiliência contra *ransomware* e desastres:

- A) Manter apenas um *backup* diário incremental em um HD externo conectado via USB ao servidor, pois a cópia incremental é mais rápida e, sendo diária, garante recuperação total do ambiente mesmo em caso de ataque.
- B) Adotar a regra 3-2-1 (três cópias dos dados, em dois tipos de mídia, com uma cópia fora do ambiente), mantendo ao menos uma cópia *offline*/imutável (por exemplo, mídia desconectada ou armazenamento com bloqueio de alteração), combinando *backup* completo periódico + incrementais/diferenciais, com política de retenção e testes regulares de restauração.
- C) Substituir *backups* por espelhamento (RAID) do *storage* principal, pois RAID elimina o risco de *ransomware* e dispensa cópias externas, uma vez que o espelho mantém sempre uma versão íntegra dos arquivos.
- D) Utilizar somente sincronização em nuvem em tempo real (pastas sincronizadas), pois a nuvem garante versionamento ilimitado sem necessidade de retenção e o *ransomware* não consegue afetar arquivos já enviados.
- E) Executar *backups* apenas quando houver atualização significativa (por demanda), já que o maior risco é o desperdício de espaço, e o excesso de cópias pode dificultar a localização do arquivo correto na restauração.

## QUESTÃO 17

Na rede da Câmara Municipal de Porto Velho, a pasta \\SERVIDOR\Compras (compartilhamento de rede) armazena documentos de licitação e contratos em elaboração. Para reduzir riscos, a TI definiu as seguintes permissões:

- Permissão de compartilhamento (Share): para o grupo “SetorCompras”, foi configurado Alterar (Change).
- Permissão NTFS (na pasta): para o usuário “Ana” (membro do grupo “SetorCompras”), foi atribuído Ler e Executar; não há permissão NTFS adicional explícita para escrita.

Em um dia de trabalho, Ana acessa a pasta via Explorador de Arquivos (Windows 10) e tenta salvar um arquivo novo (um .docx) dentro de \\SERVIDOR\Compras. Considerando a forma como o Windows calcula permissões efetivas em acesso por rede, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Ana conseguirá criar e editar arquivos, pois a permissão de compartilhamento “Alterar” prevalece sobre NTFS quando o acesso é pela rede.
- B) Ana conseguirá criar arquivos, mas não poderá excluí-los, pois exclusão depende apenas de permissões de compartilhamento.
- C) Ana conseguirá salvar se utilizar “Salvar como” em vez de “Salvar”, pois a permissão NTFS limita apenas a edição, não a criação.
- D) Ana conseguirá escrever arquivos porque é membro do grupo “SetorCompras”, e a associação ao grupo sempre concede escrita independentemente do NTFS.
- E) Ana não conseguirá criar/salvar arquivos na pasta via rede, pois, no acesso remoto, a permissão efetiva resulta da combinação (mais restritiva) entre Share e NTFS, e o NTFS “Ler e Executar” não concede gravação/criação.

## QUESTÃO 18

Um Auditor de Controle Interno da Câmara Municipal de Porto Velho recebe uma planilha do Excel 2016 com lançamentos de diárias e passagens. A coluna B contém o “Tipo” (DIÁRIA, PASSAGEM, OUTROS) e a coluna E contém o “Valor”. O auditor precisa calcular, em uma célula única, o total de valores apenas das linhas cujo Tipo seja “DIÁRIA” e cujo Valor seja maior que 0 (linhas com valor zerado correspondem a lançamentos cancelados e não devem entrar no total). O arquivo será compartilhado com servidores que podem ordenar a tabela e inserir novas linhas; por isso, a solução deve ser robusta e baseada em critérios.

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula **MAIS** adequada no Excel 2016 para atender ao requisito:

- A) =SOMA(E:E) pois a soma geral pode ser filtrada visualmente e o Excel ignora automaticamente valores cancelados.
- B) =CONT.SE(B:B;"DIÁRIA") pois essa função retorna a soma dos valores associados ao critério.
- C) =SOMASES(E:E;B:B;"DIÁRIA";E:E;">0") pois soma apenas os valores em E quando B é “DIÁRIA” e o valor em E é maior que zero.
- D) =MÉDIASE(B:B;"DIÁRIA";E:E) pois a média, multiplicada pela quantidade de diárias, retorna o total independentemente dos valores zerados.
- E) =PROCURAR("DIÁRIA";B:B)+SOMA(E:E) pois a busca do texto “DIÁRIA” identifica as linhas relevantes e a soma completa a agregação.

## QUESTÃO 19

A Câmara Municipal de Porto Velho realizará uma audiência pública e o Analista de Comunicação preparou uma apresentação no PowerPoint 2016 com gráficos, imagens e tabelas. A apresentação será exibida em um computador do plenário e, simultaneamente, deve ser enviada por e-mail aos vereadores para leitura posterior. Em testes, observou-se que, ao abrir a apresentação em outro computador, algumas fontes foram substituídas, alterando o alinhamento e “quebrando” o *layout*. Além disso, a versão enviada por e-mail deve preservar o visual e ser facilmente visualizada mesmo por quem não tenha PowerPoint instalado.

Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta a conduta **MAIS** adequada para preservar o *layout* e ampliar a compatibilidade de visualização:

- A) Configurar a opção de incorporar (embed) fontes no arquivo do PowerPoint (quando permitido pela fonte) e, adicionalmente, exportar uma cópia em PDF para envio, garantindo preservação do *layout* e leitura ampla.
- B) Converter todas as caixas de texto em imagens por “Print Screen”, pois isso é equivalente a incorporar fontes e mantém a editabilidade do conteúdo em qualquer computador.
- C) Alterar o tema para “Office” padrão e remover todas as imagens, pois o PowerPoint preserva fontes apenas quando não há elementos gráficos no slide.
- D) Enviar o arquivo apenas no formato .ppt (97-2003), pois esse formato é universal e impede substituição de fontes em versões modernas.
- E) Copiar e colar os slides no Microsoft Word e enviar o .docx, porque o Word utiliza as mesmas fontes e garante que o layout dos slides será mantido sem alterações.

## QUESTÃO 20

Um Analista Administrativo da Câmara Municipal de Porto Velho relata um problema específico: ele consegue enviar e-mails pela conta institucional normalmente, mas não consegue receber mensagens no cliente de e-mail, que exibe erro de autenticação/tempo de conexão ao tentar “sincronizar” a caixa postal. A TI confirma que o servidor de envio (SMTP) está acessível e que a senha do usuário está correta. Em testes, verificou-se que a rede do setor passou a bloquear conexões de entrada para portas antigas e não criptografadas, por política de segurança. O analista utiliza um cliente configurado com protocolo de recebimento “antigo” e sem criptografia.

Com base em protocolos de e-mail e boas práticas de segurança, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O envio e o recebimento utilizam o mesmo protocolo (SMTP). Portanto, se o envio funciona, o recebimento necessariamente deve funcionar, e o problema só pode estar no navegador.
- B) Para receber mensagens, o cliente deve usar HTTP/HTTPS. IMAP e POP são protocolos obsoletos e não são utilizados em correio eletrônico corporativo.
- C) A falha no recebimento indica que o DNS está indisponível. O e-mail sempre depende exclusivamente de DNS e, quando o DNS falha, o envio funciona, mas o recebimento não.
- D) É provável que o recebimento esteja configurado com POP3/IMAP sem criptografia (por exemplo, portas tradicionais como 110/143) e esteja sendo bloqueado pela política. A correção adequada é reconfigurar para IMAP ou POP com TLS/SSL (portas seguras usuais) conforme o serviço institucional, mantendo SMTP seguro para envio.
- E) O problema ocorre porque anexos bloqueiam a caixa postal. Para corrigir, deve-se desativar o antivírus e o *firewall* do computador do usuário e tentar novamente, pois isso desbloqueia a sincronização.

## CONHECIMENTOS SOBRE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

### QUESTÃO 21

O estado de Rondônia apresenta uma economia fortemente vinculada às atividades do setor primário, com destaque para a agropecuária, o extrativismo e a piscicultura. Nos últimos anos, o estado tem se consolidado nacionalmente por sua expressiva participação em cadeias produtivas estratégicas, impulsionadas por condições naturais favoráveis, como abundância hídrica e clima adequado.

Nesse contexto, é **CORRETO** afirmar que o estado de Rondônia se destaca nacionalmente pela maior produção de:

- A) Soja destinada à exportação.
- B) Carne ovina.
- C) Peixes nativos.
- D) Café arábica.
- E) Algodão em pluma.

### QUESTÃO 22

O Território Federal do Guaporé foi a denominação utilizada para a área que atualmente corresponde ao Estado de Rondônia, antes de sua elevação à categoria de estado. Essa denominação histórica faz referência a um elemento natural existente no território rondoniense, que teve importância geográfica, histórica e estratégica no processo de ocupação e delimitação regional.

Assinale a alternativa que representa **CORRETAMENTE** esse elemento natural:

- A) Um rio denominado Guaporé.
- B) Uma serra existente no estado denominada Guaporé.
- C) Um parque nacional conhecido como Guaporé.
- D) Uma planície denominada Guaporé, com características alagadiças semelhantes a um pantanal.
- E) Uma formação vegetal cuja espécie de árvore possui a denominação Guaporé.

### QUESTÃO 23

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, inaugurada em 1º de agosto de 1912, foi um empreendimento estratégico na região Amazônica, cuja construção ocorreu em uma das áreas mais isoladas do planeta. Apesar de sua expressiva relevância histórica, a ferrovia não se encontra mais em operação nos dias atuais. Considerando o contexto histórico de sua construção, é **CORRETO** afirmar que a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré:

- A) Representou um projeto essencialmente humanitário, voltado à preservação da vida dos trabalhadores e à integração social das populações indígenas da região.
- B) Foi viabilizada principalmente por investimentos estadunidenses, interessados no controle do escoamento da borracha no vale amazônico.
- C) Constituiu referência internacional em condições de trabalho no início do século XX, cujas práticas permanecem adotadas em grandes empreendimentos contemporâneos.
- D) Teve sua construção realizada exclusivamente com capital nacional, contando com ampla participação do Exército Brasileiro na logística e execução do projeto.
- E) Destinou-se prioritariamente ao transporte de passageiros, integrando de forma permanente as regiões Centro-Oeste e Norte do país diante da precariedade das rodovias existentes.

### QUESTÃO 24

O estado de Rondônia está localizado totalmente no Hemisfério Sul. Ao norte, faz fronteira com o estado do \_\_\_\_\_; no extremo oeste, limita-se em uma pequena extensão com o \_\_\_\_\_; na porção leste, faz limite com o \_\_\_\_\_; e, em sua porção oeste e sudoeste, estabelece fronteira internacional com a \_\_\_\_\_.

Assinale a alternativa que preenche **CORRETAMENTE** as lacunas do texto:

- A) Amazonas – Acre – Mato Grosso – Bolívia
- B) Acre – Amazonas – Mato Grosso – Colômbia
- C) Amazonas – Mato Grosso – Acre – Bolívia
- D) Pará – Acre – Mato Grosso – Bolívia
- E) Amazonas – Acre – Pará – Bolívia

## QUESTÃO 25

O estado de Rondônia abriga uma expressiva diversidade de povos indígenas, muitos deles historicamente impactados por conflitos territoriais, processos de ocupação e redução populacional. De acordo com dados do Censo Demográfico 2022, do IBGE, e levantamentos do Instituto Socioambiental (ISA), o território rondoniense reúne dezenas de povos indígenas distintos, alguns entre os menores grupos étnicos do Brasil.

Com base nesse contexto, todas as alternativas a seguir representam povos indígenas do estado de Rondônia, **EXCETO**:

- A) Suruí Paiter
- B) Karitiana
- C) Cinta Larga
- D) Yanomami
- E) Akuntsu

## LEGISLAÇÃO

### QUESTÃO 26

Com base no Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Velho/RO, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Na sessão de eleição da Mesa Diretora será procedida à eleição das Comissões Permanentes.
- B) Em caso de renúncia ou destituição total da Mesa, proceder-se-á à nova eleição para completar o período do mandato, na sessão imediata àquela em que ocorrerá a renúncia ou a destituição, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, o qual ficará investido na plenitude destas funções, desde o ato da extinção ou perda do mandato, até a posse da nova Mesa.
- C) Sendo o Presidente o renunciante, a eleição será para o 1º Vice-Presidente.
- D) Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, poderão ser destituídos de seus cargos, mediante resolução aprovada por 3/5 (três quintos), no mínimo, dos membros da Câmara, assegurando-se-lhes o direito à ampla defesa.
- E) O Presidente é o representante da Câmara, em juízo ou fora dele.

## QUESTÃO 27

A Lei Orgânica do Município de Porto Velho/RO é a lei municipal fundamental, contemplando a garantia de direitos, o estabelecimento de princípios, diretrizes e direitos no âmbito deste território. Com base nos dispositivos desta Lei, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O transporte coletivo será oferecido por, no mínimo, 3 (três) empresas do ramo, assegurando-se, assim, a democratização do atendimento às necessidades da população.
- B) O Município, com prévia autorização judiciária e mediante concessão de direito real de uso, poderá transferir áreas de seu patrimônio para implantação de indústrias ou formação de distritos industriais.
- C) Nos concursos públicos será reservado percentual de no mínimo 30% (trinta por cento) dos cargos, empregos ou funções públicas para pessoas portadoras de deficiências compatíveis com atividade a ser exercida.
- D) Os órgãos colegiados, autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações administradas pelo Município terão, obrigatoriamente, entre seus diretores 50% (cinquenta por cento) de representantes eleitos pelos servidores ou empregados.
- E) Os cemitérios do Município terão caráter religioso ou secular e serão administrados pela autoridade Municipal. As associações religiosas e os particulares poderão, na forma da lei, manter cemitérios próprios, isentos de fiscalização pelo Município.

## QUESTÃO 28

A Lei Complementar n. 385/2010 do Município de Porto Velho/RO estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos municipais. Com base nesse diploma normativo, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) São competentes para dar posse ao servidor público municipal o Prefeito, o Secretário Municipal de Administração, mediante delegação, ou a chefia imediata do servidor, conforme o setor competente pela contratação.
- B) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- C) É de 30 (trinta) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- D) Reintegração é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
- E) Reversão é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante.

## QUESTÃO 29

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, estabelece importantes diretrizes sobre o tema e consolida direitos fundamentais desse grupo vulnerável. Sobre o tema, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O exame médico-pericial componente da avaliação biopsicossocial da deficiência de que trata a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) não poderá ser realizado com o uso de tecnologia de telemedicina ou por análise documental, sendo imprescindível a presença física do avaliado perante equipe técnica competente.
- B) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo ou curto prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- C) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para casar-se e constituir união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos, exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar, conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória, exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária e exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
- D) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos, os ébrios habituais e os viciados em tóxico e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, nos termos da lei.
- E) A pessoa com deficiência está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

### QUESTÃO 30

O art. 37, *caput*, da Constituição coloca a publicidade como um dos princípios norteadores da administração pública. O art. 5º, inciso XXXIII, do texto constitucional estabelece que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Com base no tema e na Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.
- B) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e a do Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.
- C) Aplicam-se as disposições da Lei de Acesso à Informação, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.
- D) Para os efeitos da lei, considera-se autenticidade a qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema e integridade a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- E) Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Supremo Tribunal Federal as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### QUESTÃO 31

Sobre os conceitos relacionados à Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), bem como seu objeto, objetivos e princípios, informe se é **verdadeiro (V)** ou **falso (F)** para o que se afirma a seguir.

O Princípio da Oportunidade é aplicável também à CASP, e está ligado à característica qualitativa da informação contábil da Tempestividade, que significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.

No tocante à contabilidade orçamentária, é adotado no Brasil um regime misto (ou de base modificada) para confronto das receitas e despesas, estabelecido pela Lei nº 4.320/1964, que determina que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas legalmente liquidadas.

O objeto da CASP é o patrimônio público, entendido como o conjunto de bens, direitos, obrigações e variações patrimoniais sob a gestão direta ou indireta da entidade pública, e suas demonstrações contábeis devem evidenciar de forma clara a execução orçamentária, a situação financeira e o desempenho da gestão.

A sequência está **CORRETA** em:

- A) F – F – V
- B) V – V – F
- C) V – F – V
- D) F – V – V
- E) V – F – F

### QUESTÃO 32

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) define com precisão o seu campo de aplicação, distinguindo entidades para as quais suas normas são obrigatórias daquelas para as quais são facultativas. Com base na seção do MCASP que trata do seu "Alcance e Autoridade", assinale a alternativa **INCORRETA** sobre a aplicação das normas do Manual.

- A) Os consórcios públicos estão entre as entidades para as quais a aplicação das normas do MCASP é obrigatória.
- B) Os Tribunais de Contas e o Ministério Público, por integrarem os Poderes do Estado, estão obrigados a seguir as normas contábeis estabelecidas no MCASP.
- C) As empresas estatais dependentes, por serem mantidas com recursos do orçamento fiscal, estão sujeitas à aplicação obrigatória das normas do MCASP.
- D) As autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, por integrarem a administração indireta, têm caráter facultativo para a adoção das normas do MCASP.
- E) Os Conselhos Profissionais, como o Conselho Federal de Contabilidade, podem aplicar as normas do MCASP de forma facultativa.

**Instrução:** Utilize as informações a seguir para resolução das próximas DUAS questões.

A Prefeitura Municipal de "Vila Nova Esperança" celebrou um convênio com o Ministério da Educação para a construção de um Centro de Educação Infantil. Em decorrência desse acordo, o Município recebeu, em fevereiro de 2025, uma única transferência no valor de R\$ 850.000,00, que corresponde ao custo estimado total da obra, e deverá ser exclusivamente aplicado para tal finalidade.

### QUESTÃO 33

De acordo com a classificação da receita orçamentária pela sua natureza, prevista na legislação vigente, essa entrada de recursos deve ser registrada como:

- A) Receita de Capital, na origem "Transferências de Capital".
- B) Receita Corrente, na origem "Transferências Correntes".
- C) Receita Corrente, na origem "Contribuições".
- D) Receita de Capital, na origem "Fluxos de Investimento".
- E) Receita de Capital, na origem "Operações de Crédito".

### QUESTÃO 34

Considerando que a obra foi integralmente concluída em março de 2026, e que houve um saldo do convênio de R\$ 35.000,00 não utilizado, ante a obtenção de proposta mais vantajosa na etapa de licitação, o Município deverá devolver esse valor à União. Em conformidade com as normas de contabilidade aplicada ao setor público, a restituição desse saldo à União deve ser registrada na contabilidade orçamentária do Município como:

- A) Dedução de receita orçamentária.
- B) Despesa orçamentária.
- C) Transferência intraorçamentária.
- D) Despesa extraorçamentária.
- E) Variação patrimonial diminutiva.

### QUESTÃO 35

Acerca dos estágios de execução da despesa orçamentária, disciplinados pela Lei nº 4.320/1964 e abordados no MCASP, avalie as afirmativas a seguir.

I. Empenho, segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico.

II. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação, exceto no caso de adiantamento, que é um regime de exceção aos estágios regulares.

III. Em casos urgentes e excepcionais, definidos na legislação de cada ente da Federação, o empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos. Essa prática, contudo, compromete a receita a ser arrecadada no limite do crédito excedido.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- A) I e III, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I, apenas.
- E) Nenhuma das afirmativas.

### QUESTÃO 36

O Prefeito do Município de Planície Dourada elaborou a proposta orçamentária para o exercício seguinte e a encaminhou à Câmara Municipal para deliberação. No entanto, ao invés de um único projeto de lei, o chefe do Executivo optou por enviar três propostas distintas: uma contendo apenas as estimativas de receita e despesa da Prefeitura (Executivo), outra com as dotações da Câmara de Vereadores (Legislativo) e uma terceira específica para as autarquias municipais. Além disso, dentro do projeto referente ao Executivo, foram inseridos artigos que previam o aumento da alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para o próximo ano. À luz da doutrina orçamentária, a conduta do Prefeito violou diretamente:

- A) O princípio da Unidade, apenas.
- B) Os princípios da Anualidade e da Exclusividade.
- C) Os princípios da Unidade e da Exclusividade.
- D) Os princípios da Universalidade e do Orçamento Bruto.
- E) O princípio da Exclusividade, apenas.

### QUESTÃO 37

O orçamento anual não é uma peça rígida e imutável. Ao longo do exercício pode haver situações que requeiram alterações no planejamento inicial, ante a ocorrência de imprevistos ou falha de orçamentação. Surgem aí os créditos adicionais como ferramentas de retificação orçamentária. Sobre o tema, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Os créditos extraordinários podem ser abertos por decreto do Chefe do Executivo em casos de calamidade pública, dispensada a autorização legislativa prévia.
- B) Os créditos suplementares destinam-se exclusivamente a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica e sua abertura depende sempre de um projeto de lei específico aprovado pelo Poder Legislativo.
- C) Os créditos especiais são destinados a despesas urgentes e imprevistas, como guerra ou comoção interna, e sua abertura exige a prévia existência de recursos disponíveis, os quais devem ser provenientes de superávit financeiro do exercício anterior.
- D) A abertura de qualquer crédito adicional, independentemente de sua espécie, fica condicionada à existência de recursos disponíveis para custeio no exercício, sendo vedada a sua abertura se isso implicar aumento da dívida consolidada do ente.
- E) Os créditos suplementares e especiais podem ser abertos por medida provisória, desde que atendam a despesas imprescindíveis e estejam limitados ao montante de 10% da despesa total fixada na LOA.

### QUESTÃO 38

À luz das disposições constitucionais sobre os instrumentos de planejamento existentes no ordenamento brasileiro, informe se é **verdadeiro (V)** ou **falso (F)** para o que se afirma a seguir.

Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

A Lei Orçamentária Anual da União compreenderá seu orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, o orçamento da seguridade social e o orçamento financeiro do Banco Central do Brasil.

Quando de sua apreciação pelo Poder Legislativo, poderão ser apresentadas emendas ao projeto de lei orçamentária, admitidos apenas os recursos provenientes de anulação de dotações, ainda que sejam relacionadas ao serviço da dívida.

A sequência está **CORRETA** em:

- A) V – V – F      B) F – V – F      C) V – F – V      D) F – F – V      E) V – F – F

**Instrução:** A resolução das próximas QUATRO questões depende das informações fornecidas a seguir. Elas são referentes a dados orçamentários e financeiros do Município de Louva Deus no exercício de 2025.

<u>Receita Orçamentária</u>	<u>Prevista</u>	<u>Arrecadado</u>
Imposto sobre Transmissão de Imóveis “Inter vivos”	77.000,00	75.000,00
Cota-parte do ICMS	143.000,00	150.000,00
Remuneração de Disponibilidades	22.000,00	25.000,00
Imposto Predial Territorial Urbano	213.000,00	190.000,00
Aluguéis recebidos	112.000,00	110.000,00
Receita de Serviços	85.000,00	80.000,00
Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos	60.000,00	55.000,00
Amortização de Empréstimos Concedidos	105.000,00	105.000,00
Dívida Ativa Tributária – Impostos	109.000,00	78.000,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	157.000,00	214.000,00
Transferências de Capital	160.000,00	160.000,00
Operações de Crédito	119.000,00	115.000,00
Alienação de Bens	125.000,00	175.000,00
Contribuição de Custeio da Iluminação Pública	91.000,00	100.000,00
Transferências do Fundo de Part. dos Municípios	285.000,00	325.000,00

<u>Despesas Orçamentárias:</u>	<u>Empenhado</u>	<u>Liquidado</u>	<u>Pago</u>
Investimentos	255.000,00	240.000,00	238.000,00
Outras Despesas Correntes	160.000,00	155.000,00	154.000,00
Juros e Encargos da Dívida	88.000,00	68.000,00	65.000,00
Inversões Financeiras	112.000,00	100.000,00	92.000,00
Amortização da Dívida	222.000,00	212.000,00	210.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	720.000,00	700.000,00	680.000,00

• No mesmo exercício, o Município contraiu operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no montante de R\$ 175.000,00, tendo sido integralmente quitadas, com juros de 10%. Também recebeu Depósitos em caução como garantia de execução de contratos de obras públicas, no valor de R\$ 80.000,00, sendo que metade do valor foi devolvido ainda em 2025.

### QUESTÃO 39

De acordo com os dados fornecidos, assinale a alternativa que evidencia o **CORRETO** valor a ser demonstrado na linha “Recebimentos Extraorçamentários” do Balanço Financeiro do Município de Louva Deus referente ao exercício de 2025.

- A) 118.000,00
- B) 255.000,00
- C) 293.000,00
- D) 373.000,00
- E) 198.000,00

### QUESTÃO 40

Ainda de acordo com os dados, assinale a alternativa que indica o **CORRETO** valor da Receita Corrente Líquida do Município em 2025.

- A) 1.478.000,00
- B) 1.402.000,00
- C) 1.502.000,00
- D) 1.562.000,00
- E) 1.354.000,00

### QUESTÃO 41

Sobre a observância da “Regra de Ouro” constitucional, preconizada no art. 167, III da Carta Magna, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O Município respeitou a Regra de Ouro, uma vez que o total de Operações de Crédito realizado no exercício foi inferior ao montante dos Investimentos.
- B) O Município não respeitou a Regra de Ouro, uma vez que o total de Operações de Crédito realizado no exercício foi inferior ao montante da Amortização da Dívida.
- C) O Município respeitou a Regra de Ouro, uma vez que o total de Receitas de Capital realizado no exercício foi inferior ao montante das Despesas de Capital.
- D) O Município não respeitou a Regra de Ouro, uma vez que o total de Operações de Crédito realizado no exercício foi inferior ao montante das Despesas de Capital.
- E) O Município respeitou a Regra de Ouro, uma vez que o total de Operações de Crédito realizado no exercício foi inferior ao montante das Despesas de Capital.

### QUESTÃO 42

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que o resultado apresentado no Balanço Orçamentário do Município de Louva Deus referente ao exercício de 2025 é um:

- A) déficit de 382.500,00.
- B) superávit de 382.500,00.
- C) superávit de 400.000,00.
- D) superávit de 360.000,00.
- E) déficit de 360.000,00.

### QUESTÃO 43

À luz das disposições da Lei Complementar nº 101/2000 – chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) –, atribua **verdadeiro (V)** ou **falso (F)** para as afirmações a seguir.

( ) O Anexo de Metas Fiscais, que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias, deve detalhar, para o exercício e os dois subsequentes, projeções para receitas, despesas, resultado primário e nominal, bem como o estoque da dívida. No entanto, se um Município estiver com sua dívida consolidada acima do limite legal, a LRF impede que o Anexo projete um superávit primário, sob pena de tornar a meta fiscal irrelevante.

( ) A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece vedação expressa à realização de operações de crédito, sob qualquer modalidade (inclusive refinanciamento ou postergação), entre entes da Federação, seus fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, visando a coibir o endividamento cruzado e a prática de socorro financeiro não transparente entre os entes.

( ) O limite prudencial de despesa com pessoal para o Poder Executivo dos Estados e do Distrito Federal está fixado em 60% da Receita Corrente Líquida. Em caso de descumprimento, as principais sanções incluem a proibição de recebimento de transferências constitucionais, mas a lei autoriza a contratação de financiamentos de curto prazo junto a instituições financeiras para garantir o pagamento dos salários da folha seguinte.

A sequência está **CORRETA** em:

- A) V – V – F
- B) V – F – F
- C) F – V – V
- D) F – F – V
- E) F – V – F

#### QUESTÃO 44

A Câmara Municipal de Nova Aurora enfrentou uma crise operacional no setor de TI após a aposentadoria simultânea de dois servidores especializados em suporte à rede e sistemas. Para evitar a paralisação dos serviços legislativos, foi contratada, por meio de processo licitatório, uma empresa para prestar, de forma integral e contínua, todos os serviços de suporte e manutenção de informática por um período de 12 meses, substituindo a função anteriormente exercida pelos servidores, enquanto se realizava um concurso público para provimento dos cargos efetivos. À luz da LRF e do MCASP, as despesas mensais decorrentes desse contrato de prestação de serviços devem ser contabilizadas no seguinte elemento de despesa:

- A) 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
- B) 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
- C) 3.1.90.34.00 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização
- D) 3.3.90.37.00 – Locação de Mão de Obra
- E) 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

#### QUESTÃO 45

A Lei de Responsabilidade Fiscal inaugurou um importante instrumento de transparência da gestão pública: o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), além de incrementar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), já previsto na Constituição da República de 1988. Cada um possui periodicidade, conteúdo e responsabilidades específicas. Sobre esses instrumentos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Tanto o RREO quanto o RGF devem ser publicados no prazo máximo de 30 dias após o encerramento do período a que correspondem, sob pena de aplicação de sanções pelo descumprimento.
- B) No RGF, os titulares dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público devem apresentar, além das informações sobre despesa com pessoal, o comparativo detalhado com os limites relativos à dívida consolidada e às operações de crédito de seus respectivos órgãos.
- C) O RGF é um relatório de responsabilidade dos titulares de cada Poder e do Ministério Público, que deve ser publicado quadrimestralmente e apresenta, entre outros itens, um comparativo com os limites fiscais da LRF e o montante das disponibilidades de caixa no último dia do ano.
- D) O relatório referente ao último bimestre do exercício no RREO deve ser acompanhado de demonstrativos específicos, como os relativos às projeções atuariais dos regimes de previdência social e do atendimento à regra de ouro constitucional.
- E) O RREO deve ser publicado bimestralmente, abrangendo todos os Poderes e o Ministério Público, e nele consta obrigatoriamente um demonstrativo da execução das despesas por função e subfunção.

### QUESTÃO 46

Com base na NBC TSP Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, avalie o que se afirma a seguir sobre as características qualitativas das informações apresentadas nos relatórios contábeis (RCPGs).

I. A representação fidedigna exige que a informação contábil seja completa, neutra e livre de erro material, retratando a substância econômica das transações, mesmo que não corresponda à sua forma jurídica.

II. A comparabilidade é uma característica qualitativa que busca uniformidade absoluta na apresentação das informações, para que coisas distintas pareçam semelhantes e facilitem a análise.

III. A materialidade é considerada uma restrição à informação incluída nos RCPGs, e sua avaliação deve levar em conta não apenas o valor monetário, mas também a natureza do item e o contexto institucional.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) I, II e III.
- C) I, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) III, apenas.

### QUESTÃO 47

À luz da NBC TSP Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, assinale a alternativa que apresenta a **CORRETA** definição de Ativo.

- A) Ativo é um recurso de propriedade legal da entidade, capaz de gerar benefícios econômicos futuros, independentemente de seu controle.
- B) Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
- C) Ativo é um item físico ou direito que será controlado pela entidade no futuro e que resulta de eventos presentes.
- D) Ativo é um recurso que gera entradas de caixa ou equivalentes, mesmo que a entidade não tenha capacidade de controlá-lo no momento.
- E) Ativo é qualquer bem ou direito com valor econômico, adquirido ou desenvolvido pela entidade, sem necessidade de vínculo com eventos passados.

### QUESTÃO 48

Em agosto de 2024, o Município de Estrela do Oriente recebeu, por meio de um depósito bancário, um repasse de R\$ 450.000,00 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O recurso, de natureza obrigatória e vinculada, destina-se ao programa de aquisição de veículos escolares para a zona rural, conforme legislação específica. Considerando a natureza patrimonial do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o registro contábil para o reconhecimento inicial dessa receita, no momento do crédito em conta, deve ser:

- A) D - Caixa e Equivalentes de Caixa / C - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas
- B) D - Caixa e Equivalentes de Caixa / C - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- C) D - Direitos a Receber de Transferências / C - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas
- D) D - Caixa e Equivalentes de Caixa / C - Transferências Voluntárias de Receitas
- E) D - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas / C - Caixa e Equivalentes de Caixa

### QUESTÃO 49

Com relação à estrutura e às regras de escrituração do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), conforme estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, avalie as proposições:

I. O método das partidas dobradas é obrigatório, permitindo que um fato contábil afete contas de classes distintas, como um lançamento a débito na conta "Créditos a Curto Prazo" (Classe 1) e a crédito na conta "Receitas Correntes Realizadas" (Classe 6).

II. Os lançamentos horizontais, que iniciam uma sequência de eventos, envolvem sempre contas de duas classes diferentes, a exemplo do registro da fixação da despesa orçamentária, que se realiza com débito em uma conta da Classe 5 e crédito em uma conta da Classe 6.

III. No atual modelo de registro contábil do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as contas contábeis são divididas em oito classes, segregadas entre as naturezas de informação patrimonial, orçamentária, financeira e de compensação.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, apenas.
- D) II, apenas.
- E) Nenhuma das afirmativas.

### QUESTÃO 50

Solicitado a se manifestar em consulta formal apresentada à Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Águas Claras sobre a aplicação de normas do Código Tributário Nacional (CTN) em procedimentos de lançamento e responsabilidade tributária municipal, o analista fiscal elaborou parecer no caso em questão, emitindo as conclusões listadas a seguir. À luz da Lei nº 5.172/1966, avalie as proposições a seguir, extraídas do referido parecer.

I. A atividade administrativa de cobrança do tributo é plenamente vinculada, vedada qualquer discricionariedade à autoridade fiscal quanto à exigibilidade do crédito regularmente constituído.

II. A lei pode atribuir de modo expresse a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

III. A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais, e de estarem regularmente constituídas as pessoas jurídicas, sendo nulo de pleno direito o lançamento tributário efetuado sem observância destes critérios.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, II e III.
- E) I, apenas.

**ATENÇÃO:  
AGUARDE AUTORIZAÇÃO  
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**